Documentos para a História do Museu de D. Diogo de Sousa. III

Eduardo Pires Oliveira

Revitalização do Museu de D. Diogo de Sousa

Vimos em artigos anteriores, publicados nesta mesma revista[1], as atitudes da população e das autoridades bracarenses em relação à criação em Braga de um Museu de arqueologia. Em duas linhas diremos que o Museu não foi apenas obra dos poderes constituídos, mas também, o resultado de um longo processo de luta duma camada esclarecida da população, durante a monarquia e, de certo modo, da própria mentalidade educadora da primeira República.

Pelo Decreto-Lei n.º 4011, de 28 de Março de 1918, o museu foi finalmente criado[2]. Instituí-lo foi simples: para tal bastou a publicação no Diário da República de um texto, dizendo que o Museu estava criado e ficaria instalado no Paço Arquiepiscopal.

O Decreto-Lei, aliás, pouco mais adiantava: as colecções seriam «todos os objectos com valor artístico ou histórico do distrito de Braga, com excepção dos da cidade de Guimarães, inventariados de harmonia com o Decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911, pelos objectos do mesmo valor em posse da Câmara Municipal de Braga, por cedências ou depósitos ..»; teria como pessoal «um director conservador... e um guarda... que serão nomeados pelo Governo...»; e, finalmente, o museu ficaria a cargo da Câmara Municipal, «a qual proverá somente as despesas do pessoal e material por meio dos rendimentos do município».

1 — As primeiras e segunda partes da história do Museu foram publicadas nos n.ºs 1 e 2, 2.ª série destes Cadernos de Arqueologia (OLIVEIRA e FERNANDES 1984; OLIVEIRA 1985).

2 — No artigo, em adenda, publicamos o texto integral deste Decreto-Lei. Ver OLIVEIRA (1985).

1. Instalação do Museu

Se o museu tinha sido de difícil criação, mais difícil se lhe augurava a vida:

— o Governo cedia-lhe apenas o local de instalação: o Paço Arquiepiscopal, que estava, não só parcialmente ocupado por particulares e diversas entidades oficiais, mas também, se encontrava em ruínas na ala oeste, estando em bastante mau estado de conservação todo o restante edifício;
— o museu, embora criado pelo governo teria que viver de subsídios da Câmara Municipal, que nunca mostrara vontade efectiva de o criar;
— não possuía um espólio que lhe servisse de base, pois dispunha apenas das «colecções» da Câmara Municipal de Braga;
— finalmente, o museu era criado com um director e um guarda, mas a nomear posteriormente.

Toda esta estranha e difícil conjuntura, nada benfazeja, irá manter-se durante 72 anos. Ela explica que a vida do Museu se assemelhasse à de um morto-vivo, apenas revelada por um ou outro facto de somenos importância, nunca tomando acções concertadas, nunca abrindo as portas, e, pior, nunca organizando as suas colecções, nem as inventariando.

Curiosamente, também a partir desta data é muito pequena a participação dos cidadãos na vida, no crescimento e na animação do museu; as fontes de que nos socorremos (algumas pessoas idosas, o «copiador» de ofícios do museu, as actas das sessões da Câmara e os jornais diários bracarenses Diário do Minho e Correio do Minho) muito pouco nos adiantaram; estes jornais nada dizem sobre o museu e o facto é tanto mais significativo quanto eles constituem um repositório notável de textos e estudos sobre o Património Cultural de Braga e do Minho e foram dirigidos, em diversos períodos da sua história, por notáveis pessoas de Braga[3].

Revelador também da vida letárgica do Museu é o facto de só dois meses após a sua criação, ser feita a nomeação de Alberto Feio para o cargo de director, de que tomaria posse a 10 de Julho; só em 2 de Setembro será nomeado o guarda que tinha 63 anos de idade; e só em 14 de Junho, do ano seguinte, o Museu entrará na posse das instalações que lhe tinham sido afectadas.

Se a nomeação de Alberto Feio poderá hoje parecer-nos justa, depois de toda a sua notável acção em prol do Museu[4], não devemos esquecer que ele era essencialmente um bibliotecário e que, muito justamente, sonhava com o dia em que pudesse instalar a «sua» biblioteca em condições capazes e decentes[5]. É, aliás, por acção sua que, não só o Governo

3 — Ainda não há nenhum estudo sobre a vida política, social ou cultural de Braga durante este período. Vejam-se, contudo, para o caso destes dois jornais, os nossos trabalhos OLIVEIRA (1982) e (1984).

4 — Ver OLIVEIRA (1985).

5 — Sobre a história da Biblioteca e Arquivo Distrital e sobre Alberto Feio veja-se FEIO (1920) e (1984).

destina à Biblioteca Pública de Braga uma grande parte do Paço Arquiepiscopal que, como vimos, em Março de 1918 entregara ao Museu, mas, também, se fazem obras de restauro na ala Oeste e medieval do Paço. Com casa nova e restaurada em 1934, Alberto Feio acharia que todo o tempo era pouco para transferir para este edifício a biblioteca e arquivo e em seguida organizá-los.

Deste facto ressentir-se-á fortemente o museu, que assim ficava com um director pouco mais que nominal e, por conseguinte, duplamente insuficiente, para levar a cabo as múltiplas tarefas que se impunham.

Durante alguns anos, porém, Alberto Feio persistiria ainda com algum empenho na luta pela recuperação da ala do Paço afecta ao Museu e pela obtenção de peças para as suas colecções.

A reconstrução do edifício era um problema que não tinha solução nada fácil.

De facto, após o liberalismo, a quase totalidade do edifício fora cometido a organismos públicos, ficando apenas algumas dependências, com entrada pelo Largo do Paço, reservadas para residência do Arcebispo; posteriormente várias outras foram usadas como sedes de quartéis, corporações de bombeiros, residências particulares, etc.

Com o advento da República, o Arcebispo foi desalojado do Paço. A libertação das salas ocupadas pelos bombeiros também não levantou problemas; mais difícil, seria desalojar os outros locatários. Logo em 25 de Julho de 1918 (ofício n.º 7 do copiador), Alberto Feio pediu aos militares que, conforme o texto da lei, abandonassem as dependências que ocupavam. Múltiplas vezes repetiu este pedido, múltiplas diligências pessoais faria em Braga e em Lisboa para desalojar o Quartel da 8.ª Divisão; só o conseguiria em 1927, quase dez anos depois.

A desocupação de algumas dependências por parte de um particular que, de seu arbítrio, nelas se instalara, exigiu, porém, a intervenção policial, tendo sido a questão resolvida apenas em 1921.

As obras também foram morosas, dado que o edifício, como já dissémos, se encontrava em muito más condições: chovia em várias salas, os soalhos estavam cheios de buracos e as dotações da Câmara, Junta Geral do Distrito e mesmo do Governo Central, atribuídas ao Museu para estes trabalhos, eram diminutas. Por outro lado, a disposição museológica prevista obrigava a novos arranjos, como, por exemplo, uma vedação para o Largo do Paço, destinado à secção epigráfica do Museu, o que só foi conseguido em 1920, por oferta da Câmara. Esta vedação conservou-se até fins de Março de 1956, data em que todos os monumentos epigráficos recolheram a salas interiores.

Desconhecemos o ano em que os trabalhos foram dados como concluídos. Sabemos, porém, que em 1946 foi requerida a conclusão dos trabalhos de restauro (ofício n.º 68) porque «não existe actualmente nenhuma sala interior acabada». Em 17 de Abril 1954 seria elaborado, pelos monumentos nacionais, um documento intitulado «Obras de conservação e reparação da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga e Museu D. Diogo de Sousa — Memória Descritiva — Orçamento»[6]; estas obras seriam executadas ao longo desse ano de 1954.

---

6 — B.P.B./A.D.B. Arquivo Administrativo. Pasta 140. Há fotocópia no Museu de D. Diogo de Sousa.

2. As colecções e a organização do Museu

As colecções do museu eram diminutas. É certo que a colecção epigráfica, bastante boa, incluía mesmo um valioso conjunto de marcos miliários; excelentes são também uma placa tumular e um túmulo visigóticos provenientes de Dume, e ainda o carneiro românico pertencente à empena de uma qualquer igreja desconhecida. No domínio da Arte Sacra, todavia, apenas possuía de notável uma cruz do século XI. E o conjunto de obras de pintura, escultura e cerâmica era tão reduzido que cabia numa única sala, como consta do ofício n.º 5, de 5 de Julho de 1918.

Com o decorrer dos tempos, algumas raras contribuições vieram enriquecer o património do museu: em 9 de Setembro de 1937 a Câmara adquire uma colecção de cerâmica que lhe era destinada[7] e em Julho de 1958 ali depositará também uma colecção completa de pesos, datados de 1499[8]. Em 1935-36 dão entrada no Museu os poucos objectos resultantes das escavações levadas a efeito por Carlos Teixeira na Fonte do Ídolo. Ali recolheu também a maior parte do material proveniente de diversas escavações efectuadas em Braga e na Falperra, entre os anos de 1966 e 1974.

Conservam-se ainda outras peças importantes das quais não conhecemos qualquer documentação; estão neste caso o capacete e os torques encontrados quando se abria a estrada que dá acesso ao topo do monte onde está o castelo de Lanhoso[9]; algumas epígrafes encontradas em resultado de trabalhos urbanos e aqui simplesmente recolhidas.

Apoiando-se no Decreto que criara o Museu, Alberto Feio tentou recuperar alguns dos paramentos, objectos de ourivesaria e a imagem da Senhora do Leite, incluídos no riquíssimo espólio da Sé[10]. Todavia, a oposição do Cabido foi tão firme que Alberto Feio desistiu do seu intento. Também em 1919 não conseguiu recolher no Museu um bom tecto de castanho, em talha do séc. XVIII, e um rodapé de azulejos da mesma data, pertencentes ao actual Seminário de S. Tiago, nessa altura sede do Regimento de Infantaria 29[11].

A maior parte da colecção do Museu é, assim, de origem desconhecida, não se sabendo o que proveio da Câmara Municipal, de antigos Conventos e Igrejas ou de doações particulares.

Existem muito poucos elementos informativos sobre a organização do Museu. Pelo ofício n.º 15 sabemos que se pretendia instalar a secção de epigrafia em lugar descoberto no Largo do Paço e os outros objectos arqueológicos na galeria que limita este Largo a Oeste; sobre as secções de Arte Sacra e decorativa apenas temos conhecimento de uma notícia sobre a abertura da Sala de Pintura. São também contraditórios os elementos quanto à abertura ao público do

7 — Acta da Câmara Municipal de Braga, de 9 de Dezembro de 1937.

8 — Ofício da Câmara Municipal de Braga n.º 2751, Proc. 6, de 10 de Julho de 1958.

9 — Sobre estas peças ver Bibliografia GARCIA y BELLIDO (1946), TEIXEIRA (1939), (1940a) (1940b) e (1942).

10 — Ver BARREIROS (1920a), (1920b), (1920c), (1922), (1954) e FEIO (1923).

11 — Ofício n.º 11, de 24/2/1921, do copiador do Museu.

Museu e respectivo horário: segundo o ofício n.º 36, de 25 de Fevereiro de 1924, o Museu estava aberto aos Domingos, Terças e Quintas Feiras, das 10 às 12 e das 14 às 18 horas; o ofício n.º 52 de 15 de Março de 1930 informa, contudo, que o museu «*não está ainda aberto ao público, mas apenas em organização, tendo somente uma secção em vias de instalação*».

A área destinada ao Museu foi ainda mais limitada e consequentemente, aumentadas as dificuldades relacionadas com a sua organização pela criação, em 1939, do efémero Museu Etnográfico que ocupou todas as salas da ala Este, e pela atribuição de outras salas ao Instituto Minhoto de Estudos Regionais, em 1943, muito embora entre as atribuições deste último coubesse o «*colaborar com a direcção do Museu e da Biblioteca Pública, quer para o aumento e valorização das suas colecções, quer para a divulgação dos seus principais valores*», como consta do ofício n.º 60.

Em Maio de 1952 Alberto Feio pediu a exoneração do cargo de director da Biblioteca Pública, por ter atingido o limite de idade. Durante 21 anos o Museu ficaria sem director, ou, melhor dizendo, com um director que nada ou pouco fazia e que oficialmente não o era.

Expliquemo-nos: a longa permanência de Alberto Feio como director simultâneo da Biblioteca Pública, do Arquivo Distrital de Braga e do Museu D. Diogo de Sousa e o esquecimento por parte das pessoas e da Câmara dos termos do Decreto-Lei que criara o Museu em 1918, fazia com que em Braga se pensasse que o Director da Biblioteca e do Arquivo era também, por inerência, *director do Museu*[12]. Com a exoneração do Director o museu ficou reduzido a um funcionário: o guarda.

3. **A acção cultural**

Curiosamente, é após a saída de Alberto Feio que o Museu irá ter alguma vida.

Em 9 de Junho de 1949, Sérgio da Silva Pinto entra para Vereador do pelouro da cultura da Câmara Municipal. Dotado de um espírito irrequieto e muito activo resolveu tentar fazer sair Braga de uma certa apatia cultural em que há mais de 20 anos caíra.

Para isso organizará, ou fará com que a Câmara Municipal apoie, sucessivamente, na década de 50, os congressos sobre S. Martinho de Dume, Estudos Suévico-Bizantinos e Nacional de Filosofia; recriará, com maior volume e ambições, a revista Bracara Augusta, e

12 — Confirmámos esta nossa informação nas múltiplas conversas que tivémos, com várias pessoas idosas de Braga, onde se incluem alguns antigos responsáveis municipais e um antigo director da Biblioteca e Arquivo. Todos foram unânimes em afirmar que o director da Biblioteca e Arquivo também o era, «naturalmente», do Museu; todos, também, nunca tinham lido o texto do Decreto 4011, de 28 de Março de 1918. Devemos salientar ainda que, só para o período de 1949-1959, encontrámos no copiador de ofícios da Biblioteca Pública 16 ofícios (recebidos e expedidos) respeitantes apenas ao Museu. Todos foram fotocopiados, tendo sido entregues estas fotocópias ao Museu de D. Diogo de Sousa.

tentará relançar o Museu.

Frequentador que era do Centro de Estudos Peninsulares, do Porto, aí conheceu o Dr. Fernando Russel Cortez. Logo o convidou a vir fazer prospecções arqueológicas em Braga, prometendo-lhe o apoio da Câmara. É assim que em 1954 aquele investigador vai orientar uma campanha de escavações no alto da Falperra e, durante alguns anos, dedicará uma parte importante da sua actividade a outros problemas da arqueologia bracarense[13].

Ao mesmo tempo, Sérgio Pinto convida-o a organizar o Museu, a fim de poder abri-lo ao público. Pena foi que os resultados se tenham limitado à montagem das salas de exposição e à elaboração de um pequeno roteiro[14] e que não se tivessem começado os trabalhos por aquilo que era mais necessário: o inventário das peças do Museu.

Em 17 de Maio de 1958, com a presença de alguns membros do Governo, eram inauguradas as salas de exposição permanente, ainda que a título provisório[15].

No rés-do-chão ficavam instalados os marcos miliários e as salas de romanização e da Alta Idade Média; no primeiro andar encontravam-se as salas de Cerâmica e de arte religiosa[16].

Contudo, nada mais seria feito: nem o pedido ao Governo da nomeação de um director (Alberto Feio morrera, entretanto, em 26 de Dezembro de 1956) e de outros funcionários; nem o aumento e inventariação das suas colecções; nem o esboço de um programa mínimo de dinamização.

Até que em 1973 José João Rigaud de Sousa[17] é nomeado Conservador adjunto. Trabalhando a título gracioso, e apenas durante os poucos momentos livres que a sua vida profissional lhe permitia, Rigaud de Sousa elaboraria, lentamente, o primeiro inventário, embora sumário, das colecções do Museu.

Com a criação da Universidade do Minho em 1973 e a respectiva afectação de todo o edifício do Paço Arquiepiscopal àquela instituição, o Museu sofreu mais um rude golpe: as colecções de Arte Decorativa e Arte Sacra foram amontoadas nalgumas salas da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital; as colecções de lápides e epigrafia transferidas, sem o menor cuidado, para o edifício do antigo Albergue Distrital, situado na rua de Santo António das Travessas; e o espólio proveniente das escavações dos anos 60 e 70 pura e simplesmente amontoado numa dependência vaga e posteriormente transferido para uma sala do Seminário de Santa Margarida, tendo-se perdido, neste descuidado vai-vém, todo o respectivo registo estratigráfico e indicação de proveniência.

O penoso processo de criação e instalação deste Museu e as suas permanentes indefinições e carências materiais e humanas bastavam para inviabilizar qualquer acção de fundo, capaz de corresponder aos objectivos para que fora criado.

---

13 — Fernando Russel Cortez tinha família e propriedades em Braga onde viveu uma grande parte da sua infância. Sobre Braga viria a publicar vários estudos: CORTEZ (1951), (1952-54) e (1958).

14 — Ver CORTEZ (1958).

15 — Apêndice 3.

16 — CORTEZ (1958).

17 — Ver *Correio do Minho* de 05/06/1973. Apêndice 4.

Todavia, a boa vontade e esforço dos seus responsáveis permitiram-lhe uma pequena vida que não pode ser esquecida:

— Vistoria do espólio do extinto Colégio do Espírito Santo, com o objectivo de salvaguardar alguns objectos de interesse artístico ou histórico (22-10-1920); arrolamento de colecções de numismática de José João Ferreira do Rego (12-7-1927); luta pela salvaguarda da ancestral indústria dos damascos, em risco de extinção (25-5-1927); confirmação do interesse de uma Cristo em marfim, atribuído a Cellini (8-12-1928); pedido de providências para a salvaguarda de um retábulo em alabastro do século XIV, que a Junta de Freguesia de Poiares (Ponte de Lima) mandara vender em Braga (21-6-1947);

— Em Julho de 1953 o Museu organizou uma «Exposição Evocativa de Bracara Augusta» no Salão Medieval, integrando-se, assim, nas manifestações do III Congresso Espanhol de Arqueologia que teve algumas sessões em Braga[18];

— Em 1958 emprestou uma cruz processional do século XI para figurar na Exposição de Bruxelas. Permitiu ainda a utilização das suas instalações para exposições de fotografia, pintura, iluminura e outras.

4. Os Museus em Braga no século XX

Entretanto, em Braga, iam sendo organizados outros museus, com programa afim ao do Museu de D. Diogo de Sousa.

O primeiro deles foi o do Tesouro da Sé: tendo como base a riquíssima colecção de alfaias litúrgicas e Arte Sacra adquiridas ao longo dos séculos e conservadas na Catedral, delas foi feita uma primeira amostragem em 1867[19]. Após a República, várias são as pressões (mormente de Teixeira Lopes) para fazer sair de Braga esta colecção, o que motivou a acção, em sua defesa, do Governador Civil, Dr. Manuel Monteiro[20]. Por iniciativa deste político e crítico de arte é organizada, durante as festas de S. João do ano seguinte, uma exposição no Salão Nobre do Paço Arquiepiscopal[21] e a 8-12-1912 o jornal Echos do Minho noticia que nas salas da Sé se estão a fazer obras para a instalação permanente de um Museu de Arte Sacra. Mas demorou ainda muito tempo a ser legalizado, pelo Dec-Lei de 25 de Março de 1930, não tendo a partir dessa data nenhuma outra vida que não fosse a de manter abertas as salas de exposição permanente, o que, para Braga, não deixa de ser muito[22].

18 — Ver *Bracara Augusta*, Braga 9-10 (39-42) pp. 267-268 ou Apêndice 3.

19 — Ver FREITAS (1862).

20 — Ver notícia publicada no jornal *Echos do Minho*, de 21 Dezembro de 1912.

21 — Segundo notícia do jornal *Comércio do Minho*, datada de 27 de Junho de 1912.

22 — Sobre este Museu ver Bibliografia citada nas notas 10 e 19 e ainda BARREIROS (1954b), DIONÍSIO (1965), MENESES (1938), SANTOS (1976) e (1980b).

O Museu seguidamente criado era de carácter bem diferente: o Museu Anátomo-Patológico dos Vícios Sociais do Hospital de S. Marcos, organizado em 1938 pelo Dr. Gaspar Fernandes de Macedo[23].

Seguir-se-lhe-ia, cronologicamente, o Museu Etnográfico. Organizado a pensar nas comemorações centenárias, ressentir-se-ia da falta de sensibilização necessária à sua preparação. Pensado a partir de fins de 1939, foi logo aberto em 5 de Julho de 1940, tendo como director o Dr. Alberto Feio. Da vida deste Museu pouco mais se sabe, excepto que, em 1949, foi feita uma proposta para a criação duma secção que pudesse documentar o folclore regional. Ignoramos quando «morreu» este Museu. Sabemos apenas aquilo que nos disseram e tivémos ocasião de verificar em 1967: que as traças haviam devorado os trajes; que numa grande montureira (!) existente numa sala interior das dependências do Museu D. Diogo de Sousa se juntavam algumas peças de interesse etnográfico, um crucifixo talvez do século XIX e ... uma grande montanha de lixo e teias de aranha[24].

No programa museológico bracarense seguiu-se o Museu da Escola do Magistério.

Abriu em 26-7-1950[25], com uma pequena colecção de arqueologia de reduzido interesse de peças de Braga, Castro Máximo, Paços de Ferreira, etc. e uma colecção, igualmente pequena, mas com algumas peças de excelente factura, de arte africana. Esta colecção ainda hoje se mantém no claustro superior deste estabelecimento de ensino.

Em 26-4-1956 foi aberto o Museu Pio XII, no Seminário de Santiago, com o nome de Museu de Arqueologia e Arte Sacra Pio XII. Com uma já então razoável e interessante colecção, teve como antecedente próximo a Exposição de Arte Sacra do Congresso Mariano (1954). Verificada a quantidade e qualidade das pinturas, esculturas, alfaias e ourivesaria sacra expostas, logo foi alvitrada a ideia de formar um museu arquiodecesano que teve no Cónego Luciano dos Santos o fiel executor. Hoje, a sua colecção é extremamente valiosa em epigrafia e escultura romana regionais, em capitéis visigóticos e pré-românicos, tendo ainda dois bons conjuntos de numismática romana e suévica, e de pintura do século XVI. De salientar que, embora insuficiente, já possui um catálogo das secções de escultura e de arqueologia[26].

Entretanto, em 25-7-1977 abriu as suas portas o Museu de Santa Marta da Falperra, junto à Casa das Estampas daquela estação (O Correio do Minho, de 27-7-1977, descreve o evento e as colecções).

A Junta Distrital (actual Assembleia Distrital) já desde o início dos anos 50 que ansiava, também, possuir o seu Museu. Em 24 de Fevereiro de 1954 é feita uma proposta de criação de

---

23 — Sobre este Museu ver MACEDO (1938).

24 — As notícias e informações sobre este Museu vem-nos apenas de *Actas das Sessões da Câmara* (guardadas no Arquivo Municipal de Braga), de 7/12/1939; 30/5/1940; 8/5/1941; MENESES (1940) e *Correio do Minho*, 5/7/1940; 19/06/1941 e 22/12/1941.

25 — Ver notícia de abertura no *Correio do Minho*, de 27 de Julho de 1950.

26 — Sobre o Museu Pio XII ver BARREIROS (1954b), MARQUES (1961), SANTOS (1980) e *Correio do Minho* 27/4/1956. Para as secções lapidares e de escultura antiga ver ROSÁRIO (1973) e SANTOS (1983).

um Museu de Etnografia, História e Arte Regional. Demoraria alguns anos a sua efectivação que seria acelerada em 1960, com a entrada do Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha para vice-presidente daquele organismo. Seria aberto em 11-2-1978, após a aquisição e restauro do Palácio dos Biscaínhos e a morte daquele presbítero. As suas salas foram organizadas com peças das colecções Delfina Gomes e Costa Júnior, a elas se juntando uma outra de Etnografia[27].

O Museu Nogueira da Silva seria o último Museu a surgir em Braga na sequência da doação duma colecção de desigual qualidade feita por Nogueira da Silva à Universidade do Minho. De uma tónica muito particular no panorama museológico bracarense, a disposição das colecções não foi minimamente alterada, mantendo-se tal e qual existia em vida daquele benemérito.

5. A re«criação» do Museu de D. Diogo de Sousa.

A fase recente da vida do Museu de D. Diogo de Sousa não pode desligar-se do processo de Salvamento de Bracara Augusta, sítio de destruições sucessivas, desde as primeiras invasões bárbaras às mais recentes ameaças de destruição total, pelo crescimento intensivo e desordenado da área urbana da actual cidade que, desde 1964, começou a estender-se até às zonas onde se erguera a antiga cidade romana. Contra esta morte consentida parecia terem pouco poder as advertências, os protestos e o desespero de alguns bracarenses e estudiosos, a cuja acção se ficou devendo a salvaguarda e o registo de testemunhos da antiga capital da Gallaecia[28].

Em 1976, a acção congregada da Universidade do Minho e da CODEP (Comissão de Defesa e Estudo do Património) acaba por criar condições conjunturais que levam o I Governo Constitucional a consagrar as áreas «non edificandi» do Campo Arqueológico de Braga e a cometer à Universidade do Minho a responsabilidade das necessárias explorações arqueológicas, por diplomas publicados no Diário da República de Julho de 1976.

Com uma dinâmica muito própria, o Campo Arqueológico de Braga, então dirigido por Francisco Alves, não só levou a cabo a prospecção e registo sistemáticos de Bracara Augusta, mas também cedo ultrapassou os objectivos iniciais, criando uma tradição de intervenções

27 — Sobre este Museu ver CUNHA (1954) (1962-1964), MATEUS (1978) e TEIXEIRA (1978).

28 — Dentro destes nomes devemos salientar os de Henrique Barreto Nunes e Álvaro Cameira. Em 12 de Abril de 1974, J.J. Rigaud de Sousa, Conservador Adjunto do Museu de D. Diogo de Sousa, propôs à Junta Nacional de Educação a criação de uma zona de protecção em Braga, compreendida numa área cujos limites eram definidos pelo Campo da Vinha, Rua dos Capelistas, Avenida da Liberdade, Avenida Imaculada Conceição, Rotunda de Maximinos, Rua Cruz de Pedra e Rua dos Biscaínhos. Este projecto foi homologado em 27 de Novembro do mesmo ano. Contudo, não seria publicado.

arqueológicas a nível regional e de acção cultural devidamente documentados numa publicação recente[29].

Em correlação com esta actividade, e como suporte dela, formou-se uma equipa de técnicos de campo, de laboratório e de técnicos auxiliares dos diversos trabalhos arqueológicos, cuja competência e profissionalismo eram reconhecidos superiormente, mas não recompensados, por qualquer garantia de emprego ou mesmo de remuneração regular.

A urgência da sua integração num quadro profissional e o crescimento contínuo do espólio proveniente das escavações de Bracara Augusta e de outras estações vizinhas, nomeadamente castros, impunham uma solução viável, sensata e original. Neste sentido, o Professor Doutor Jorge de Alarcão propôs em reunião da Subsecção de Arqueologia do C.O.I.S.P.C.N. que o pessoal do Campo Arqueológico fosse integrado no Museu D. Diogo de Sousa, uma vez reformulados o seu quadro e a sua lei orgânica, o que permitiria a desejável revitalização daquele Museu.

Esta proposta foi aceite e homologada pelo Secretário de Estado da Cultura em 6 de Dezembro de 1979.

Na mesma altura, um despacho do mesmo Secretário de Estado criou uma Comissão Instaladora para o Museu de D. Diogo de Sousa, constituída pelas Dr.as. Maria Emília Amaral Teixeira e Adília Alarcão e os Drs. Francisco Alves e J.J. Rigaud de Sousa, posteriormente alargada pela integração da Dr.ª Manuela Delgado e do Dr. Francisco Sande Lemos.

Aquela comissão organizou um projecto de lei orgânica para o Museu, o qual após seguir os trâmites habituais, foi aprovado em Conselho de Ministros e publicado no Diário da República de 27 de Setembro de 1980, em apêndice[30].

29 — Sobre a problemática da criação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho ver ALVES (1977) e NUNES (1978). Para a sua actividade até 1980 ver LEMOS (1980).

30 — Ver Relatório de Actividades — M.R.A.D.D.S. — *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 1, 1984, pp. 159-162.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco J.S.; H.B. Nunes; F. Sande Lemos e E.P. Oliveira (1977) — Salvamento de Bracara Augusta. I. O Campo Arqueológico da Universidade do Minho (Braga). Breve história, organização e objectivos, *Arqueólogo Português*, 3.ª série, 7/9, Lisboa, pp. 416-423.

BARREIROS, Manuel Aguiar (1920a) — Os vândalos à solta. O senhor director do Museu pretende destruir uma obra arquitectónica, *Diário do Minho*, Braga. Série de 4 artigos com data de 22/4; 23/4; 24/4 e 25/4.

— (1920b) — Não quero ir para o Museu, *Diário do Minho*, Braga, 26-4-1920.

— (1920c) — Mosaicos do Museu, *Diário do Minho*, Braga, 27-4-1920.

— (1922) — *A Catedral de Santa Maria de Braga*, Porto, 1922, pp. 25-26.

— (1954a) — *Catálogo Guia do Tesouro da Sé Primaz de Braga*. Porto.

— (1954b) — *Ensaios iconográficos. Exposição Mariana*. Braga.

CORTEZ, Fernando Russel (1951) — O culto do Imperador no «Conventus Bracaraugustanus», *Bracara Augusta*, 2 (4), Braga, pp. 368-382; 3 (1), pp. 16-30; 3 (2), pp. 147-165.

— (1952-1954) — A Fonte do Ídolo e o culto de Asklepius em Bracara, *Bracara Augusta*, 4 (1-3), Braga, pp. 32-45; 4 (4), pp. 264-280; 5 (1-3), pp. 90-103.

— (1958) — *Museu de D. Diogo de Sousa. Roteiro sumário*. Braga.

CUNHA, Arlindo Ribeiro da (1954) — O Museu de Etnografia e História, *Correio do Minho*, Braga, 4/3.

— (1962-1964) — O Museu de Etnografia e História, *Diário do Minho*, Braga. Série de 15 artigos publicados em 18-5-1962; 4-1-19645; 7-1-1964; 12-1-1964; 15-1-1964; 20-1-1964; 25-1-1964; 1-2-1964; 7-2-1964; 21-1-1964; 2-3--1964; 12/4/1964; 9/5/1964; 12/6/1964; 20/6/1964.

DIONÍSIO, Santana (1965) — *Guia de Portugal entre Douro e Minho, II-Minho*. Lisboa, pp. 817-819.

FEIO, Alberto (1920a) — O Arquivo Distrital de Braga: notas histórico-descritivas, *Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*, 1, Braga, pp. 76-116.

— (1920b) — A Biblioteca Pública de Braga: notas históricas, *Boletim da Biblioteca e do Arquivo Distrital de Braga*, 1, Braga, pp. 5-76.

— (1923) — *Factos e argumentos*. Braga, pp. 19-26.

— (1984) — *Coisas Memoráveis de Braga e outros textos*. Braga.

FREITAS, Bernardino de Sena (1867) — *Noções históricas e críticas dos objectos antigos e apreciáveis da Sé Primacial de Braga na Exposição de Arqueologia no Palácio Cristal portuense*. Porto.

GARCIA y BELLIDO, António (1946) — El casco de Lanhoso, *Archivo Espanol de Arqueologia*, 19 (65), Madrid, pp. 356-358.

PINTO, Sérgio da Silva (1959) — *Guia de Braga. Arte e Turismo*. Braga, pp. 28-30.

FERREIRA, Francisco Bacelar (1959) — A inauguração das salas de exposição permanente no Museu D. Diogo de Sousa, *Bracara Augusta*, 9-10 (39-42), Braga, pp. 267-268.

LEMOS, Francisco Sande; M. Delgado e M. Martins (1980) — *Actividade arqueológica 1976-1980*. Braga.

MACEDO, Gaspar Fernandes de (1938) — *Higiene e profilaxia social: Museu Anátomo-Patológico dos Vícios Sociaes do Hospital de S. Marcos e Necessidade da sua conservação*. Braga.

MARQUES, José (1961) — Museu Pio XII, *Cenáculo*, 2.ª série, 1 (1), Braga, pp. 74-78.

MATEUS, Luís Manuel (1978) — Nota sobre a abertura do Museu dos Biscainhos, *Minia*, 2ª série 1 (1), Braga, pp. 118-119.

MENESES, Alberto (1938) — Uma obsequiosa visita ao Museu da Sé, *Correio do Minho*, Braga. Série de dois artigos publicados em 26/4 e 1/5.

— (1940) — Uma visita ao Etnográfico, *Correio do Minho*, Braga, 16/7/1940.

— (1973) — Museu D. Diogo de Sousa, *Correio do Minho*, Braga, 5/6/1973.

— (1940) — O Museu Etnográfico da Província abre ao público no próximo domingo, *Correio do Minho*, Braga, 5/7/1940.

— (1956) — No Seminário Conciliar de Filosofia, após uma brilhante sessão solene em honra de S. Tomás de Aquino e homenagem a Pio XII foi inaugurado o Museu de Arqueologia e Arte Sacra, *Correio do Minho*, 27/4/1956.

NUNES, Henrique M. Barreto (1980) — *Manuel Monteiro, Notas bibliográficas*. Braga.

— (1978) — O Salvamento de Bracara Augusta-3, Da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Vol. I, Lisboa, pp. 225-236.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1979) — O Salvamento de Bracara Augusta-6, A Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia (1837-1974), *Minia*, 2ª série, 2 (3), Braga, pp. 164-197.

— (1982) — O Correio do Minho e o seu contributo para o estudo do Património Cultural Minhoto, (1926-1980), *Barcellos-Revista*, 1 (1), Barcelos, pp. 179-212.

— (1984) — O «Diário do Minho» e o seu contributo para o estudo e divulgação do Património Cultural Minhoto (1919-1980), *Barcellos-Revista*, 2 (1), Barcelos, pp. 207-270.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de; FERNANDES, Maria Isabel (1984) — Documentos para a história do Museu D. Diogo de Sousa. *Cadernos de Arqueologia*, 2ª série, 1, Braga, pp. 109-134.

— (1985) — Documentos para a história do Museu D. Diogo de Sousa. II (1905-1918), *Cadernos de Arqueologia*, 2ª série, Braga, pp. 179-194.

ROSÁRIO, António do (1973) — *Falam documentos*. Braga.

— (1953) — *Roteiro da Exposição Evocativa de Bracara Augusta. Bracara Augusta*. s (26-28), Braga, pp. 222-231.

SANTOS, Luciano Afonso dos (1976) — Tesouro da Sé, *Tesouros Artísticos de Portugal*. Lisboa. pp. 151-152.

— (1980a) — Museu Pio XII, *Braga. Portugal. Guia Turístico*. Braga, pp. 48-49.

— (1980b) — Museu da Sé, *Braga. Portugal. Guia Turístico*. Braga, pp. 49-51.

SANTOS, Luciano dos; A. Tranoy e P. Le Roux (1983) — Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga, *Bracara Augusta*, 37 (96-97), Braga, pp. 183-205.

TEIXEIRA, Carlos (1939) — Os torques do Castro de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso), *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 24 (4), Porto, pp. 245-252.

— (1940) — O Castro de Lanhoso e o seu espólio, *Congresso do Mundo Português*, Vol. 1, Lisboa, pp. 515-529.

— (1940a) — Notas sobre o castro de Lanhoso, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 9 (1-2), Porto, pp. 117-125.

— (1942) — Hallazgo arqueológico notable — Un caso celtico de Portugal, *Ampurias*, 3, Barcelona, pp. 138-139.

TEIXEIRA, Maria Emília Amaral (1978) — *O Museu dos Biscainhos*. Braga.

Terça-feira 2 de Julho de 1918 — I Série — Número 146

DIÁRIO DO GOVÊRNO

Portaria n.º 1:428

Atendendo a que o edifício destinado à instalação do Museu de D. Diogo de Sousa, da cidade de Braga, tem capacidade bastante para receber as colecções da biblioteca e do arquivo distrital da mesma cidade;

Tendo em vista a necessidade de no mais curto prazo de tempo se alargarem as instalações do Liceu Central de Sá de Miranda e, ao mesmo tempo, se iniciarem as obras para a organização definitiva do referido museu, como convêm aos interêsses do Estado:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Instrução Pública;

1.º Que a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga sejam transferidos para o edifício do Museu de D. Diogo de Sousa, ocupando a parte onde outrora esteve o govêrno civil do distrito, depois de devidamente restaurada;

2.º Que a parte do edifício do Liceu Central de Sá de Miranda, ocupada pela Biblioteca referida, assim como a cêrca a esta cedida por carta de lei de 2 de Dezembro de 1844, fiquem pertencendo ao mesmo liceu para alargamento das suas instalações;

3.º Que a direcção e administração dos trabalhos para completa execução do decreto-lei n.º 4:011, de 28 de Março de 1918, e das determinações dêste diploma, fiquem a cargo duma comissão composta do bacharel Alberto Feio Soares de Azevedo, director da Biblioteca Pública e do Museu de D. Diogo de Sousa, de Braga, do bacharel José de Sousa Machado, arqueólogo, do bacharel Francisco Lopes Teixeira, conservador do Arquivo Distrital, de Sebastião Mesquita Correia de Oliveira, coronel de infantaria, e do professor Domingos Rebêlo Barbosa, arquitecto;

4.º Que a referida comissão fica autorizada a praticar todos os actos necessários para a execução dos referidos trabalhos, com as verbas que lhe forem destinadas, correspondendo-se com esta secretaria por intermédio da Repartição de Instrução Artística, a quem prestará as contas da sua administração.

O Secretário de Estado de Instrução Pública o faça publicar. Paços do Govêrno da República, 29 de Junho de 1918. — *José Alfredo Mendes de Magalhães.*

APÊNDICE 2

Sábado 27 de Setembro de 1980 — I Série — Número 224

DIÁRIO DA REPÚBLICA

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 409/80

de 27 de Setembro

A criação de um museu de arqueologia em Braga foi uma aspiração e uma necessidade que data já dos fins do século passado.

Deste modo, com o intuito de obstar à dispersão do património arqueológico local, até então distribuído por colecções particulares, por museus da região e pelo Museu Etnológico Português, foi criado em 1918 o Museu de D. Diogo de Sousa, definido segundo uma concepção dominante na época como museu de arqueologia e arte geral, sendo incluído mais tarde, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 46 758, de 18 de Dezembro de 1965, nos conjuntos de museus de arte, história e arqueologia.

No entanto, o Museu de D. Diogo de Sousa, por não ter sido dotado de quadro de pessoal nem de programa bem definido, não pôde realizar uma actividade regular nem ocupar devidamente o edifício do antigo Paço Arquiepiscopal, que, pelo Decreto n.º 4011, de 1 de Abril de 1918, fora cedido para sua instalação. Assim, pela Portaria n.º 1428, de 2 de Julho de 1918, a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga foram instalados em grande parte do edifício e em 1973 os serviços centrais da Universidade do Minho foram instalados transitoriamente na restante parte do Paço Arquiepiscopal.

Entretanto, o projecto de salvamento da zona arqueológica de Braga e o desenvolvimento dos trabalhos sistemáticos que, para o efeito, vêm a realizar-se desde 1976 pelo campo arqueológico de Braga; as acções de defesa e salvamento do património arqueológico regional, favorecidas pela existência de uma unidade de arqueologia criada pela Universidade do Minho — a quem fora oficialmente cometida a direcção daquele campo arqueológico; as solicitações de iniciativas de extensão cultural e de apoio pedagógico-didáctico a nível local e regional e o aumento crescente de um espólio arqueológico valioso tornam indispensável e urgente a criação em Braga de serviços de apoio museográfico, laboratorial e documental.

Neste sentido, a revitalização do Museu de D. Diogo de Sousa surge como uma acção oportuna e justificada.

A variedade e o desequilíbrio das colecções que integram o actual acervo do Museu, com manifesta vantagem para as colecções arqueológicas, cujo crescimento permanente é inevitável, aconselham a redefinição do âmbito das colecções e da sua actividade.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º O Museu de D. Diogo de Sousa, de Braga, organismo dependente do Instituto Português do Património Cultural, é definido como um museu regional de arqueologia.

Art. 2.º — 1 — O Museu de D. Diogo de Sousa é um organismo científico-cultural no âmbito disciplinar da arqueologia, exercendo as suas actividades básicas nos domínios do apoio à investigação, da museologia e da extensão cultural e do apoio ao ensino e à defesa do património arqueológico regional.

2 — No âmbito desse domínio, o Museu de D. Diogo de Sousa cooperará prioritariamente com o serviço regional de arqueologia e com a unidade de arqueologia da Universidade do Minho, particularmente nas acções relativas à recuperação da zona arqueológica de Braga (Centro Arqueológico de Braga).

3 — As colecções do Museu de D. Diogo de Sousa serão acrescidas dos espólios arqueológicos do concelho de Braga e de todos os futuros achados da região cujo valor arqueológico exceda o âmbito dos museu municipais e locais existentes.

CAPITULO II

Órgãos e serviços

Art. 3.º O Museu de D. Diogo de Sousa compreende as seguintes áreas de actuação:

a) Museográfica e de extensão cultural;
b) Técnico-laboratorial;
c) Documental;
d) Administrativa;
e) Apoio geral.

Art. 4.º Na área museográfica e de extensão cultural, além das atribuições constantes da lei geral, compete, particularmente, promover e colaborar na realização de visitas guiadas a sítios arqueológicos da região e particularmente à zona arqueológica de Braga.

Art. 5.º — 1 — A área técnico-laboratorial compreende o tratamento geral, registo e catalogação das espécies; o restauro de cerâmicas e outros materiais não especificados; o tratamento de metais, o desenho e a fotografia.

2 — Nesta área compete, nomeadamente:

a) A recolha do espólio arqueológico e da documentação com ela relacionada;
b) A inventariação e o tratamento preliminar da informação recolhida;
c) A conservação e o restauro das espécies, de modo a manter o seu estado e a sua integridade;
d) O apoio ao estudo e à divulgação dos objectos e das colecções do Museu.

Art. 6.º Na área da documentação compete:

a) A organização e a gestão da biblioteca e do fundo documental do Museu;
b) O apoio a todos os projectos de investigação relativos a temas de arqueologia regional;
c) A recolha e tratamento de elementos bibliográficos e documentais relativos a temas de arqueologia regional;
d) A gestão dos serviços de consulta de documentos e a permuta com outros centros e bibliotecas;
e) O estabelecimento de relações com centros de documentação nacionais e estrangeiros, de forma a obter a documentação necessária à realização das atribuições do Museu;
f) A organização e a colaboração em publicações científicas relativas à arqueologia.

Art. 7.º Na área administrativa compete assegurar a execução das tarefas administrativas correntes.

Art. 8.º Na área de apoio geral compete:

a) Assegurar a execução das tarefas de vigilância, limpeza e conservação do Museu;
b) Assegurar a execução dos serviços específicos de preparação de elementos expositivos e trabalhos oficinais no Museu, de transporte de espécies da zona arqueológica de Braga para o Museu e de trabalhos de consolidação, limpeza e montagem oficial nesta zona arqueológica.

Art. 9.º É constituído um conselho científico, visando especialmente a coordenação e o planeamento das actividades científicas e culturais do Museu.

Art. 10.º O conselho científico será constituído pelos seguintes membros:

a) O director do Museu;
b) O director do Serviço Regional de Arqueologia do Norte;
c) Um professor da Universidade do Minho, a designar pelo reitor de entre os professores da unidade de arqueologia;
d) Um representante do pessoal técnico superior de cada uma das instituições referidas nas duas alíneas anteriores;
e) Os técnicos superiores do Museu.

Art. 11.º — 1 — O conselho científico é presidido pelo director do Museu e reunirá ordinariamente cada dois meses e extraordinariamente sempre que for convocado a pedido de qualquer dos elementos que o constituem.

2 — O conselho só pode reunir com a presença da maioria dos seus membros.

3 — As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o director do Museu voto de qualidade.

4 — Poderão ser convocadas para as reuniões do conselho científico, sem direito a voto, quaisquer entidades qualificadas, desde que para tal haja o acordo da maioria dos seus membros.

CAPÍTULO III

Pessoal

Art. 12.º O quadro de pessoal do Museu de D. Diogo de Sousa é o constante do mapa anexo a este diploma.

Art. 13.º Os lugares de director, conservador e técnico superior serão providos de entre especialistas de reconhecida competência no domínio da investigação arqueológica, comprovada curricularmente.

Art. 14.º O cargo de director do Museu será provido nos termos do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho, efectuando-se a sua equiparação nos termos do Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março.

Art. 15.º Os lugares de conservador, monitor, assistente de conservador, técnico auxiliar de museografia, auxiliar de museografia, desenhador, almoxarife, guarda de museu e servente serão providos nos termos do Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março.

Art. 16.º Os lugares de técnico auxiliar de BAD serão providos nos termos do Decreto-Lei n.º 280/79, de 10 de Agosto.

Art. 17.º O lugar de fotógrafo será provido nos termos do Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto.

Art. 18.º Os lugares de técnico de conservação e restauro e de auxiliar técnico de conservação e restauro de objectos arqueológicos serão providos de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 245/80, de 22 de Julho.

Art. 19.º Os restantes lugares do quadro serão providos nos termos do Decreto-Lei n.º 191-C/79, de 25 de Junho.

Art. 20.° — 1 — O pessoal prestando actualmente serviço, a qualquer título, no campo arqueológico de Braga é integrado em lugares do quadro, mediante diploma de provimento aprovado pelo membro do Governo que tutelar a área da cultura, publicado no *Diário da República*, independentemente de qualquer formalidade, salvo o visto do Tribunal de Contas.

2 — No provimento previsto no número anterior será sempre observado o requisito das habilitações legalmente necessárias para o exercício dos cargos.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Art. 21.° Os serviços técnicos do Museu de D. Diogo de Sousa serão instalados, a título precário e até se encontrar a sua instalação definitiva, em edifício próprio, conjuntamente com os serviços da unidade de arqueologia da Universidade do Minho, precedendo protocolo a estabelecer entre as duas entidades.

Art. 22.° — 1 — A direcção do Museu de D. Diogo de Sousa será transitoriamente assegurada pela Comissão Instaladora nomeada pelo despacho de 6 de Dezembro de 1979 do Secretário de Estado da Cultura, durante o período julgado necessário, nomeadamente enquanto o Museu não dispuser de instalações definitivas.

2 — Durante o período de vigência da comissão instaladora do Museu de D. Diogo de Sousa, o cargo de director do Museu será assegurado, para todos os efeitos legais, pelo presidente da referida comissão ou, por sua delegação expressa, por qualquer dos restantes membros.

Art. 23.° Os encargos resultantes da publicação deste diploma serão suportados, no corrente ano económico, por conta das disponibilidades das dotações orçamentais atribuídas à Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 24.° As dúvidas que se suscitarem na aplicação do presente diploma serão resolvidas por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Plano e dos membros do Governo que tutelam as áreas da reforma administrativa e da cultura, consoante a natureza das matérias.

Art. 25.° O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Agosto de 1980. — *Francisco Sá Carneiro.*

Promulgado em 19 de Setembro de 1980.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Número de lugares	Categorias	Letra de vencimento
	Pessoal dirigente:	
1	Director (*a*)	
	Pessoal técnico superior:	
1	Conservador principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	D, E ou G
2	Técnico superior principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	D, E ou G
	Pessoal técnico:	
1	Técnico de conservação e restauro de objectos arqueológicos principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	G, I ou J
	Pessoal técnico-profissional e administrativo:	
2	Técnico auxiliar de conservação e restauro de objectos arqueológicos principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	H, J ou K
2	Monitor principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	I, K ou L
–	Monitor estagiário	M
1	Topógrafo principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	I, K ou L
1	Fotógrafo de arte principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	I, K ou L
2	Assistente de conservador principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	J, L ou M
–	Assistente de conservador estagiário	P
2	Técnico auxiliar de BAD principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	J, L ou M
2	Desenhador principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	J, L ou M
2	Primeiro-oficial, segundo-oficial ou terceiro-oficial	J, L ou M
2	Técnico auxiliar de museografia principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	J, L ou M
2	Escriturário-dactilógrafo principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	N, Q ou S
	Pessoal auxiliar e operário:	
1	Almoxarife	L
2	Pedreiro principal, de 1.ª classe, de 2.ª classe ou de 3.ª classe	L, N, P ou Q
1	Jardineiro de 1.ª classe, de 2.ª classe ou de 3.ª classe	O, Q ou R
1	Encarregado do pessoal auxiliar	Q
2	Cabouqueiro de 1.ª classe ou de 2.ª classe	Q ou S
2	Carregador de 1.ª classe ou de 2.ª classe	Q ou S
4	Auxiliar de museografia principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	R, S ou T
8	Guarda de museu de 1.ª classe ou de 2.ª classe	R ou S
–	Guarda de museu estagiário	T
2	Servente	U

(*a*) O cargo de director do Museu de D. Diogo de Sousa tem a categoria de chefe de divisão.

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE **BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL**)

VOLUME IX-X — FASCÍCULOS 1-4 (39-42)

JANEIRO 1958 - DEZEMBRO 1959

A Inauguração das salas de exposição permanente do Museu D. Diogo de Sousa

Do programa da visita constava uma cerimónia do mais alto significado cultural — a inauguração das salas de exposição permanente do Museu de D. Diogo de Sousa. Merecem o maior elogio e agradecimento a Câmara Municipal e o seu Pelouro da Cultura por mais este serviço prestado aos valores do espírito e à dignificação da arte. Tem igualmente jus ao nosso aplauso o Sr. Dr. Fernando Russel Cortez, ilustre arqueólogo e Director do Museu Grão Vasco de Viseu, a quem se deve a felicíssima instalação desta primeira fase do Museu de D. Diogo de Sousa, promissora certamente do museu futuro.

À cerimónia da inauguração estiveram presentes, entre outros, os Srs. Prof. Eng.° Leite Pinto, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, Eng.° Saraiva e Gomes, Governador Civil do Distrito, Presidente da Câmara Municipal de Braga, Deputados, intelectuais, artistas, etc., etc., que foram recebidos pelo Vereador do Pelouro de Cultura da nossa edilidade Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto e Dr. Fernando Russel Cortez. Os membros do Governo foram guiados na sua visita pelo distinto museologista Dr. Russel Cortez e apreciaram detidamente as excelentes peças expostas.

Na sua disposição provisória, o Museu D. Diogo de Sousa, criado em 1918 e só agora efectivado, obedece ao seguinte arranjo provisório: ao rés-do-chão estarão as salas de entrada, da romanização, dos miliários e da alta idade média. No 1.° andar as salas de cerâmica e de arte religiosa. O recheio é precioso a todos os títulos e está exposto com alta competência científica.

Os membros do governo, as autoridades e os intelectuais e os artistas, felicitaram vivamente os Srs. Drs. Sérgio da Silva Pinto e Fernando Russel Cortez pelo notável serviço que prestaram, sob a égide da Câmara Municipal, à cultura e à arte.

APÊNDICE 4

CORREIO DO MINHO
JUNHO — 1978
5
Terça-feira

MUSEU
D. DIOGO DE SOUSA

O Museu D. Diogo de Sousa foi criado em 1918 pelo decreto 4011 para recolher todos os objectos com valor artístico, arqueológico e histórico do Distrito de Braga, com excepção do concelho de Guimarães, onde já existia o Museu Alberto Sampaio, inventariados de harmonia com a Lei da Separação da Igreja do Estado, ou sejam os objectos de carácter artístico, que não interessassem directamente ao culto, os com o mesmo interesse que estivessem em posse da Câmara Municipal, doações de particulares, etc.

Afim de poder realizar esse programa, foi-lhe cedida a ala nascente do antigo Paço Arquiepiscopal; mas apesar de todos os esforços feitos para o abrir nunca tal aconteceu. Contudo tal desígnio esteve bem próximo de suceder como, por exemplo, na época em que presidiu à Câmara Municipal o saudoso António Maria Santos da Cunha e em que foi vereador do Pelouro da Cultura o Dr. Sérgio Pinto, período em que chegou mesmo a ser dada uma certa organização ao Museu pelo Dr. Russel Cortez e a ser editado um Roteiro.

Mas, o tempo passou, e o Museu continuou encerrado. O Ministério da Educação Nacional é que não o esquece e ao efectuar, pelo decreto 46350, a remodelação dos museus, cita-o entre os Museus dependentes do Ministério que deverão ser mantidos pelos municípios dos concelhos onde tem a sede.

Mais tarde, quando o Dr. João Manuel Bairrão Oleiro, hoje Director Geral dos Assuntos Culturais, foi nomeado Inspector Superior das Belas-Artes, numa das suas visitas a esta Cidade resolveu que o Museu devia abrir ao público e para tal convidou o então professor de Acústica e História da Música do Conservatório Regional de Braga, José João Rigaud de Sousa, que igualmente era um dos directores das escavações arqueológicas da Falperra e Delegado Concelhio da Junta Nacional da Educação, para Conservador-ajudante do Museu. A nomeação feita nestes termos tinha como primeira consequência evitar a despesa que um conservador do quadro acarretaria e, assim, foi afastado um dos óbices que poderia impedir a abertura do Museu. Igualmente nesta mesma data o então Vereador do Pelouro da Cultura, Dr. Egídio de Amorim Guimarães propunha ao Presidente da Edilidade que se interessasse por que essa nomeação se concretizasse rapidamente.

Assim aconteceu, pois por despacho do Secretário de Estado da Administração Escolar foi o professor Rigaud de Sousa nomeado com a missão de não só abrir o Museu mas de o tornar num organismo vivo, isto é, de promover sob os seus auspícios actividades de expansão cultural, muito em especial junto da juventude escolar.

O prof. Rigaud de Sousa, antigo aluno da Faculdade de Ciênciaa da

Universidade do Porto, tem-se dedicado ao estudo da Arqueologia, muito especialmente da época da romanização da região bracarense, se bem que, por vezes, tenha feito incursões por outros capítulos da cultura, como a História Medieval e a História da Arte.

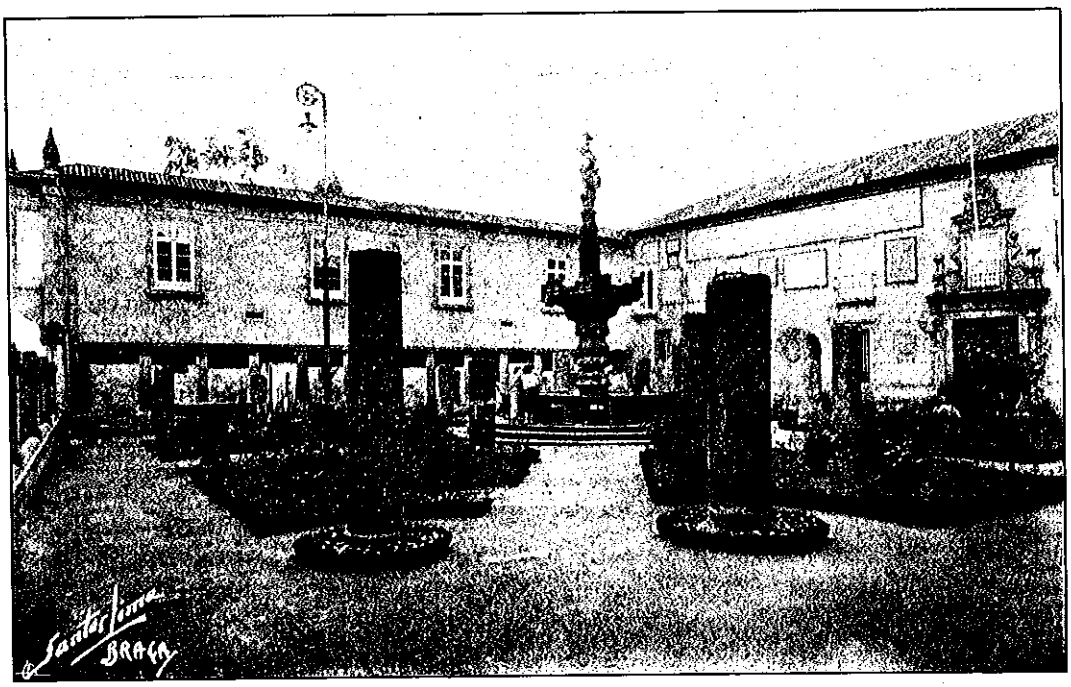
Membro de numerosas sociedades científicas, tem participado activamente em congressos tanto nacionais como estrangeiros. Como já referimos, tem dirigido as escavações da Estação Arqueológica da Falperra e outras na cidade de Braga, proferido conferências na Sociedade Portuguesa de Antropologia (Faculdade de Ciências do Porto) e no Museu de Etnografia e História do Distrito do Porto.

Da sua já numerosa bibliografia citaremos, por exemplo, os estudos dedicados ao aparecimento de moldes de lucerna em Braga e a uma cerâmica fina de época romana também aí aparecida, o que prova a importância da indústria oleira da cidade nessa época, pois que um dos mais notáveis fabricantes de lucernas, Munatius Threptus, aí fabricou os seus produtos. Ultimamente, em colaboração com a Dr.ª Maria Teresa Monteiro publicou o importante cartulário do Mosteiro de Paço de Sousa e como este outros seus trabalhos tem periodicamente aparecido em publicações nacionais e estrangeiras.

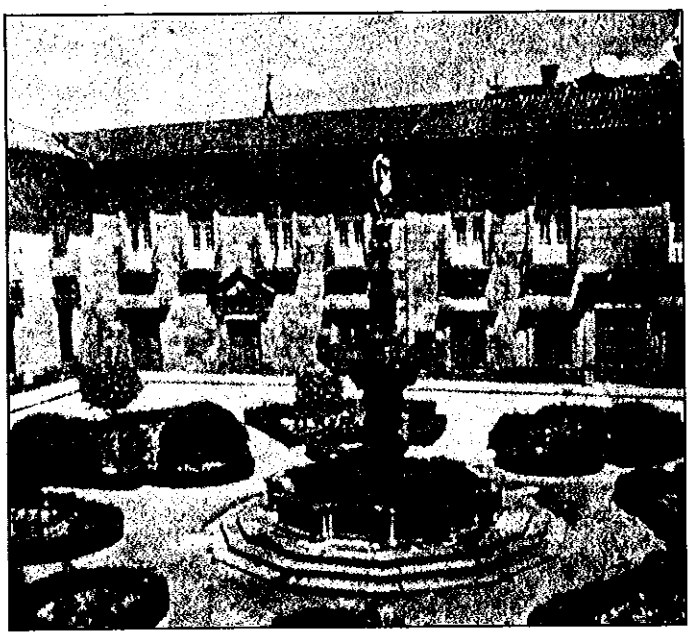
Assim, é de esperar que, graças à boa colaboração dos Ministérios da Educação Nacional e das Obras Públicas com a Câmara Municipal e Conservador-ajudante, a abertura do Museu esteja para muito breve e que as peças que este Museu abriga, algumas das quais se encontram já a restaurar no Instituto José de Figueiredo e no Laboratório do Museu Monográfico de Conimbriga, possam ser admiradas por todos.

Como actividades culturais já aí proferiram duas interessantes conferências, subordinadas a temas de arqueologia, o antigo professor da Faculdade de Letras do Porto e hoje Bispo Auxiliar dessa mesma cidade, D. Domingos de Pinho Brandão, e o Prof. Doutor Joaquim dos Santos Júnior, Catedrático da Faculdade de Ciências do Porto. Outras estão previstas para breve.

Igualmente o Museu teve a oportunidade de se associar ao «Congresso de Estudos em Honra de André Soares» abrigando nas suas salas a magnífica exposição promovida pela Fundação Calouste Gulhenkian, «A arte barroca em Portugal».

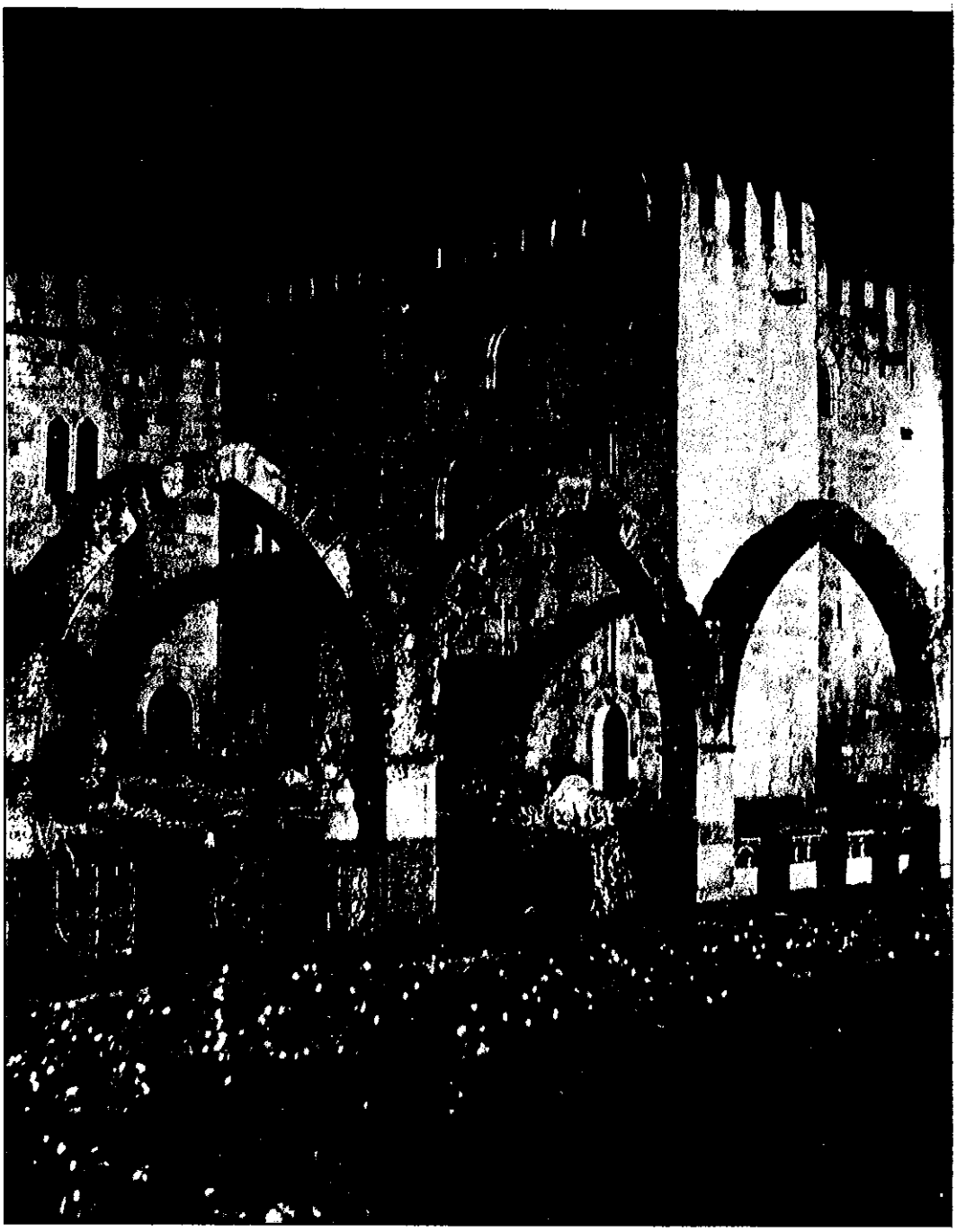


1 Largo do Paço. 1929. Notar os marcos miliários, os painéis de azulejo e a grade de protecção exterior (Foto Santos Lima).

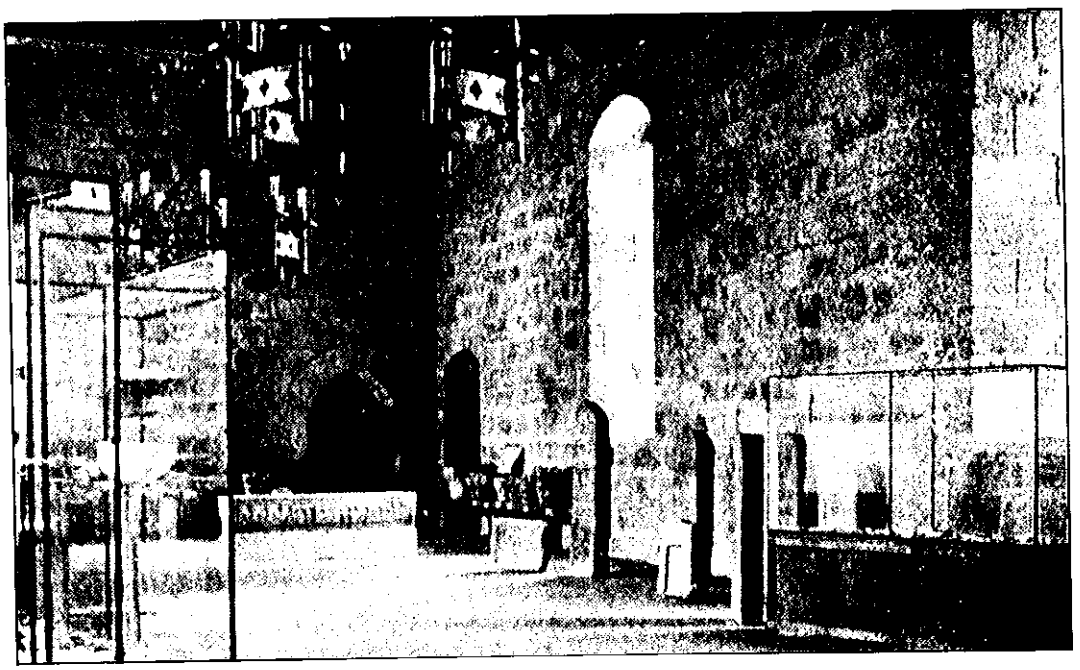


2 Largo do Paço. 1958. Capa do roteiro do Museu D. Diogo de Sousa.

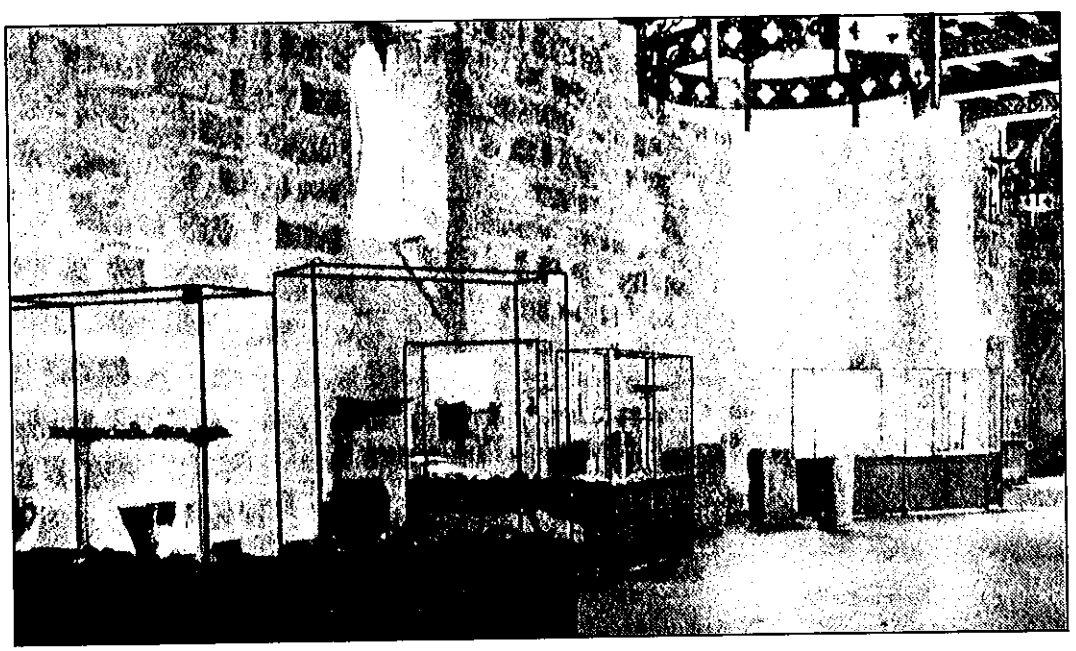
ESTAMPA II



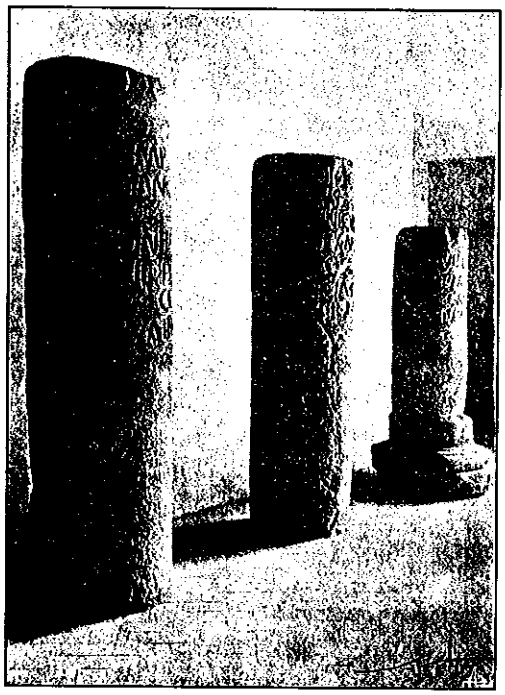
Pedras de armas, capitéis e outras peças do Museu D. Diogo de Sousa nas traseiras do edifício do antigo Paço Arquiepiscopal. C.ª de 1970 (Foto Arcelino).



Aspectos da Exposição Evocativa de Bracara Augusta durante o III Congresso Espanhol de Arqueologia (1953).



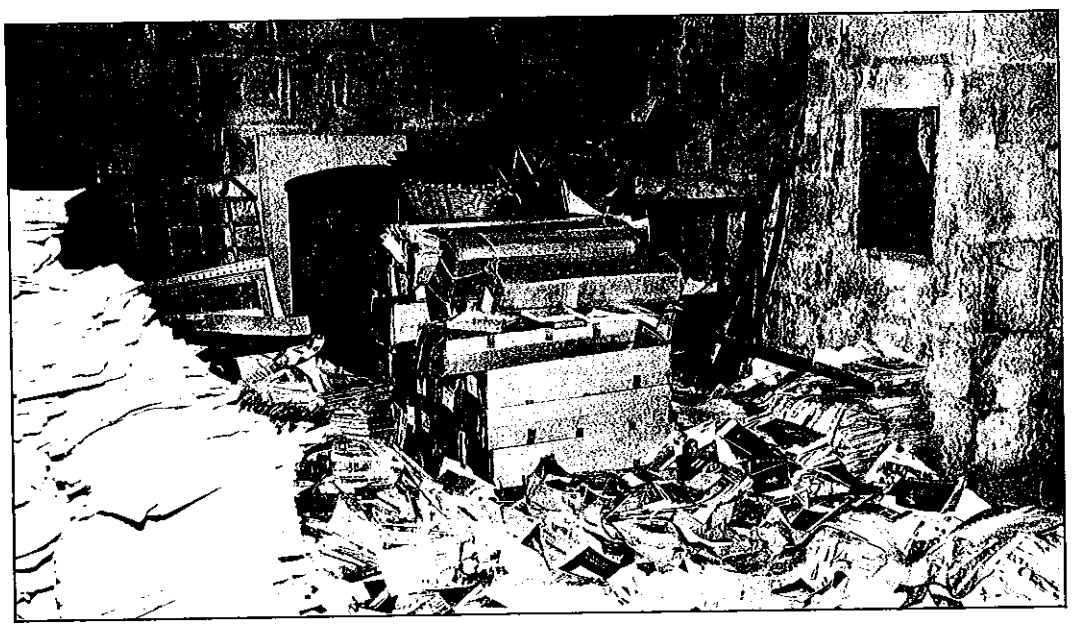
ESTAMPA IV



1 Museu D. Diogo de Sousa. Pormenor da sala dos miliários. 1958 (Foto Arcelino).

2 Albergue Distrital. Miliários recolhidos após ocupação dos espaços do museu pela Universidade do Minho em 1975.

1 Cerâmicas encaixotadas provenientes das escavações de Maximinos e Falperra, transportadas em 1975 para a sala da torre do antigo Paço Arquiepiscopal (Foto H. B. N.).



2 Cadeirinhas, ao fundo, transportadas em 1975 para a sala da torre do antigo Paço Arquiepiscopal (Foto H. B. N.).